



CRUZ CAMPOS LOBO
ADVOGADOS

Política de
Proteção de

DADOS

CCL



OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

A presente Política tem por objetivo estabelecer as diretrizes para o tratamento de dados pessoais no âmbito do Cruz Campos Lobo Sociedade de Advogados (CCL), em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Lei nº 13.709/2018)**.

Aplica-se a todos os sócios, advogados, colaboradores, estagiários, parceiros, fornecedores e terceiros que, de qualquer forma, tratem dados pessoais em nome do CCL ou em suas instalações, bem como aos titulares de dados cujas informações sejam coletadas e tratadas no contexto das atividades do escritório.

Esta Política busca assegurar que o tratamento de dados pessoais seja realizado com responsabilidade, transparência, segurança e respeito aos direitos fundamentais dos titulares, promovendo uma cultura organizacional comprometida com a privacidade e com a proteção de dados.



DEFINIÇÕES BÁSICAS

Para os fins desta Política, adotam-se os seguintes conceitos:

- **Dado pessoal:** qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- **Dado pessoal sensível:** dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico, entre outros definidos em lei.
- **Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais.
- **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, uso, armazenamento, compartilhamento e eliminação.
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados.
- **Operador:** quem realiza o tratamento em nome do controlador.
- **Encarregado (DPO):** pessoa indicada para atuar como canal de comunicação entre o CCL, os titulares e a ANPD.

Observação: termos técnicos adicionais eventualmente utilizados nesta Política deverão ser interpretados conforme a LGPD.



FINALIDADES DO TRATAMENTO E BASES LEGAIS

O CCL realiza o tratamento de dados pessoais apenas quando estritamente necessário ao desempenho de suas atividades profissionais e institucionais. As operações de tratamento sempre observarão os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e boa-fé, nos termos da LGPD.

As principais finalidades do tratamento de dados pelo CCL são:



Execução de contratos e prestação de serviços jurídicos:

Coleta e uso de dados para viabilizar a representação de clientes, elaboração de peças, pareceres, diligências e comunicações com órgãos públicos ou privados;



Cumprimento de obrigações legais ou regulatórias:

Atendimento a exigências da OAB, Receita Federal, Tribunais, autoridades administrativas, dentre outros;



Gestão de pessoas:

Recrutamento, contratação, gestão de folha, benefícios, plano de saúde, controle de frequência, treinamentos e desligamento de integrantes;



Relacionamento com terceiros:

Gestão de fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e correspondentes;



Segurança da informação e proteção patrimonial:

Controle de acesso físico e digital às instalações e sistemas do escritório;



Comunicação institucional e marketing jurídico:

Envio de conteúdos informativos, convites para eventos e atualizações jurídicas, com base em interesse legítimo ou consentimento, conforme o caso;



Defesa de interesses em processos administrativos ou judiciais:

Inclusive para exercício regular de direitos do próprio escritório, de seus sócios ou clientes.



O tratamento de dados será realizado com base em uma das hipóteses legais previstas na LGPD, notadamente:

- Consentimento do titular, quando exigido;
- Execução de contrato ou procedimentos preliminares;
- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Legítimo interesse do CCL, resguardados os direitos e liberdades fundamentais do titular.

Em todas as hipóteses relacionadas à prestação de serviços jurídicos, o tratamento de dados observará rigorosamente o sigilo profissional do advogado, nos termos do **art. 25 do Código de Ética e Disciplina da OAB** e do **art. 7º, inciso II, do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/1994)**.

FINALIDADES DO TRATAMENTO E BASES LEGAIS

O CCL poderá compartilhar dados pessoais com terceiros sempre que necessário para cumprir as finalidades descritas nesta Política, observando rigorosamente os princípios da finalidade, necessidade e segurança da informação.

O compartilhamento será realizado apenas com:

- **Fornecedores e prestadores de serviço** que apoiem as atividades do CCL, como empresas de tecnologia, armazenamento em nuvem, softwares de gestão jurídica, contabilidade, facilities, entre outros;
- **Escritórios parceiros, correspondentes e advogados associados**, exclusivamente para a execução dos serviços contratados ou cumprimento de obrigações profissionais;
- **Autoridades públicas e entidades reguladoras**, exclusivamente quando necessário para atender exigências legais, ordens judiciais ou requisições administrativas legítimas, sempre com observância das prerrogativas da advocacia e do dever de sigilo profissional previsto no Estatuto da OAB e no Código de Ética;
- **Instituições financeiras e operadoras de benefícios**, no caso de dados relacionados à gestão de pessoas e contratos;
- **Clientes e partes adversas**, nos limites estritamente necessários à condução dos processos, com base na estratégia jurídica adotada.



Todos os terceiros que recebam dados pessoais do CCL estarão sujeitos a cláusulas contratuais de confidencialidade, proteção de dados e responsabilidade civil pelo uso indevido das informações.

O CCL não realiza a comercialização de dados pessoais, nem compartilha informações com finalidade de marketing não autorizada.

O CCL não compartilha, divulga ou acessa dados protegidos por sigilo profissional fora dos estritos limites legais e éticos aplicáveis à advocacia. O dever de confidencialidade aplica-se inclusive após o encerramento da relação profissional com o cliente.

MEDIDAS DE SEGURANÇA E RETENÇÃO DE DADOS

O CCL adota medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas acidentais, destruição, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento indevido ou ilícito.

Dentre as medidas de segurança implementadas, destacam-se:

- Controle de acesso físico e lógico aos ambientes e sistemas internos;
- Uso de senhas, autenticação de múltiplos fatores e criptografia em aplicações críticas;
- Restrição de acesso a dados conforme o perfil e a necessidade do profissional;
- Políticas internas sobre uso de e-mail, dispositivos e sistemas corporativos;
- Backup periódico e procedimentos de recuperação de desastres;
- Treinamentos internos sobre segurança da informação e proteção de dados.

Os dados pessoais são mantidos apenas pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades que justificaram sua coleta, salvo prazos legais específicos ou legítimo interesse do CCL para resguardar seus direitos.

Encerrada a finalidade ou decorrido o prazo legal, os dados serão eliminados de forma segura ou anonimizados, exceto nos casos em que a manutenção seja exigida ou autorizada por lei.



DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os titulares de dados pessoais têm o direito de obter do CCL, a qualquer momento e mediante requisição formal, informações claras e acessíveis sobre o tratamento de seus dados.

São assegurados aos titulares, entre outros, os seguintes direitos:

- Confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais;
- Acesso aos dados tratados;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei;
- Portabilidade dos dados a outro fornecedor, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial;
- Eliminação dos dados pessoais tratados com base no consentimento, exceto nas hipóteses de guarda legal;
- Informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais os dados foram compartilhados;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- Revogação do consentimento, quando aplicável;
- Oposição ao tratamento realizado com fundamento em legítimo interesse, em caso de descumprimento da LGPD.

O exercício desses direitos poderá ser feito por meio de solicitação enviada ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do CCL, no canal designado nesta Política.

Todas as solicitações serão analisadas dentro dos prazos legais, podendo o CCL requerer comprovação de identidade do solicitante e, quando aplicável, fundamentar eventual impossibilidade de atendimento imediato, com base na legislação vigente.



CANAL DE CONTATO COM O ENCARREGADO (DPO)

O CCL indica como Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer – DPO) o profissional responsável por atuar como canal de comunicação entre os titulares de dados, o escritório e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como por orientar e supervisionar o cumprimento da LGPD no âmbito interno.

Quaisquer dúvidas, solicitações ou comunicações relativas à presente Política ou ao tratamento de dados pessoais pelo CCL deverão ser encaminhadas ao Encarregado por meio do seguinte e-mail: **privacidade@cruzecampos.com**

O canal é exclusivo para assuntos relacionados à proteção de dados pessoais, sendo garantida a confidencialidade e o adequado tratamento das solicitações, nos termos da legislação aplicável.

ATUALIZAÇÕES E DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados será periodicamente revisada para refletir eventuais mudanças legislativas, regulatórias ou organizacionais, bem como para assegurar sua permanente adequação às atividades e aos valores do CCL.

As atualizações serão comunicadas internamente aos integrantes do escritório e, quando aplicável, aos titulares de dados afetados, por meio dos canais institucionais disponíveis.

O cumprimento desta Política é obrigatório para todos os sócios, advogados, colaboradores, estagiários e terceiros contratados, sendo sua violação passível de medidas disciplinares ou rescisórias, conforme a gravidade do caso e as normas internas do CCL.

Esta Política complementa o Código de Ética e Conduta, a Política de Integridade e os demais regulamentos internos aplicáveis ao Cruz Campos Lobo Sociedade de Advogados.